



## **25 DE OUTUBRO DE 2018**

### **Quinta-feira**

- **CURSOS DE NOVEMBRO NO SINDIMETAL/PR**
- **NOVOS PROJETOS DE LEI - COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS - Nº 34. ANO XIV. 25 DE OUTUBRO DE 2018**
- **INADIMPLÊNCIAS DAS EMPRESAS RECUA 14,1% NO ANO, APONTA BOAVISTA**
- **ARTIGO: ABERTURA UNILATERAL, MAIS DESEMPREGO**
- **FALTA PARA O BRASIL UMA AGENDA VOLTADA PARA A PRODUTIVIDADE**
- **COMISSÃO DO CONGRESSO APROVA ROTA 2030 E INCLUI EMENDAS QUE IMPACTAM ORÇAMENTO**
- **MUDANÇAS DO RELATOR DO ROTA 2030 VÃO ALÉM DO SETOR AUTOMOTIVO**
- **EXPORTAÇÕES DO SETOR CRESCEM 10,7% EM 2018**
- **EXPORTAÇÃO DESAFIA ONDA PROTECIONISTA**
- **ARRECADAÇÃO DE IMPOSTO BATE RECORDE DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS**
- **DADOS MACRO MOSTRAM REAÇÃO DA ATIVIDADE E EXPLICAM ARRECADAÇÃO, DIZ RECEITA**
- **INDÚSTRIA QUÍMICA PEDE QUE NOVO PRESIDENTE REDUZA PREÇO DE ENERGIA E INSUMOS**
- **MESMO APÓS REFORMA TRABALHISTA, TROCA DE DEPÓSITO POR SEGURO É BARRADA NA JUSTIÇA**
- **BANCADA EVANGÉLICA DEFENDE REFORMA DA PREVIDÊNCIA E FUSÃO DE MINISTÉRIOS**
- **PROJETO ESTENDE REGRA DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 2023**
- **PROJETO CRIA INCENTIVOS PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES COM MAIS DE 45 ANOS**
- **TST DÁ INDENIZAÇÃO A FUNCIONÁRIO POR COBRANÇAS DE CHEFE NO WHATSAPP**
- **13º SALÁRIO DEVE INJETAR R\$ 211,2 BILHÕES NA ECONOMIA**

- PÂNICO SE ESPALHA POR MERCADOS E LEVA DÓLAR A R\$ 3,7480; BOLSA CAI MAIS DE 2,5%
- TAXAS FUTURAS DE JUROS RECUAM COM DÓLAR EM MEIO A AJUSTES DOS MERCADOS EM NY
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO NO BRASIL SOBE EM OUTUBRO PARA MAIOR NÍVEL EM 5 MESES, DIZ FGV
- BCE MANTÉM PLANO DE FIM DE ESTÍMULO APESAR DE PERSPECTIVAS MAIS SOMBRIAS
- MUSK CUMPRE PROMESSA E TESLA TEM PRIMEIRO LUCRO EM DOIS ANOS
- FORD TEM RESULTADO ACIMA DO ESPERADO NO 3º TRIMESTRE E AÇÕES DISPARAM
- CONSÓRCIOS REGISTRAM 1,4 MILHÃO DE NOVAS COTAS ATÉ AGOSTO
- VOLVO CARS COMPRA PARTICIPAÇÃO NA STARTUP FREEWIRE
- GRUPO PSA REPORTA FATURAMENTO 29% MAIOR NO ANO
- LUCRO DA VALE RECUA 19%, PARA R\$ 5,8 BILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 25/10/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,688	3,689
<b>Euro</b>	4,195	4,196

**Fonte: BACEN**

## Cursos de Novembro no SINDIMETAL/PR

25/10/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



**Curso**  
**Excel Avançado**  
Dias 19 a 23 de novembro de 2018

Horário: 8h30 às 12h30  
Local: Senai CIC  
Rua Senador Accioly Filho, 298  
Cidade Industrial - Curitiba

**Conteúdo Programático:**  
Revisão de Conteúdos de Excel Básico; conceitos iniciais envolvendo planilhas eletrônicas; ajustando linhas e colunas; formatação de células; nomeando intervalos de células; trabalhar com pastas de trabalho; efetuar cálculo com operadores e referências de células – sem funções; cálculos com as seguintes funções: SOMA, MÉDIA, MÁXIMO, MÍNIMO, MUIT, HOJE, AGORA, DIAS360, CONTIVALORES, CONTENUM, INT, ARRED, QUOCIENTE, MOD, POTENCIA, RAIZ

Clique neste campo e acesse o conteúdo completo do curso.

**Investimento:**  
✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 200,00  
✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 260,00

**Inscrições até o dia 09/11/2018**

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail [sindimetal@sindimetal.com.br](mailto:sindimetal@sindimetal.com.br), com a Sra. Gisele Alves de Santana.



**Curso**  
**Planejamento Financeiro**  
Dias 27, 28, 29 e 30 de novembro de 2018

Horário: 8h30 às 17h30  
Sede do SINDIMETAL/PR  
R.: Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba

**Conteúdo Programático:**  
Conceitos financeiros fundamentais; Porcentagem; Símbolos financeiros; Sistema de juros simples; Sistema de juros compostos; Margem de contribuição; Ponto de equilíbrio; Prazo de retorno sobre o investimento; Rentabilidade e lucratividade; Fluxo de caixa; Finanças pessoais.

**Investimento:**  
✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 240,00  
✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 310,00

**Inscrições até o dia 22/11/2018**

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail [sindimetal@sindimetal.com.br](mailto:sindimetal@sindimetal.com.br), com a Sra. Gisele Alves de Santana.

## Novos Projetos de Lei - Coordenação de Relações Governamentais - nº 34. Ano XIV. 25 de outubro de 2018

25/10/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Para acessar a íntegra, CLIQUE AQUI.

### ÍNDICE

#### INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

#### LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

#### OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Cotas de emprego para funcionários com 45 anos ou mais

PLS 410/2018 do senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)

#### TERCEIRIZAÇÃO

Sustação do Decreto que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal

PDS 108/2018 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

#### BENEFÍCIOS

Alteração acentuada em renovação de contrato de seguro de saúde como abuso de direito

PL 10862/2018 do deputado Augusto Carvalho (SD/DF)

## INTERESSE SETORIAL

### INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Proibição da mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação

PL 10874/2018 do deputado Lincoln Portela (PR/MG)

### INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Sustação do Decreto que fixa temporariamente alíquota diferenciada de IPI relativa a bebidas refrigerantes

PDS 109/2018 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

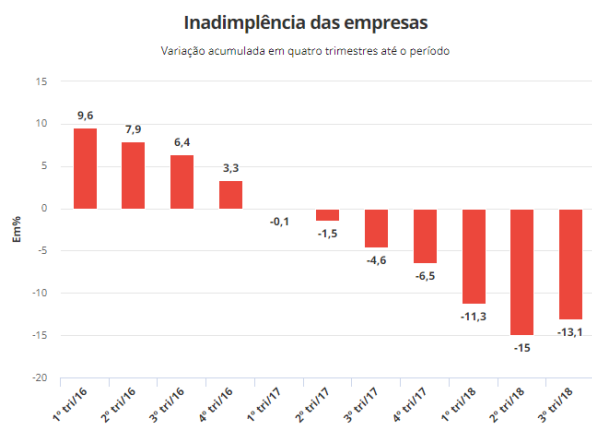
## **Inadimplências das empresas recua 14,1% no ano, aponta Boavista**

25/10/2018 – Fonte: G1

A inadimplência das empresas recuou 14,1% de janeiro a setembro deste ano, na comparação com o mesmo período do mês anterior, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (25) pela Boavista SCPC.

No acumulado nos últimos quatro trimestres, a queda foi de 13,1% - a sétima consecutiva nesse tipo de comparação.

### Inadimplência das empresas



Fonte: Boavista SCPC

O indicador é calculado a partir do somatório dos principais mecanismos de apontamento de inadimplência empresarial: cheques devlvidos, títulos protestados e registros de débitos realizados na base do SCPC.

Segundo a entidade, os resultados do 3º trimestre de 2018 indicam para a manutenção dos baixos níveis de inadimplência das empresas, que no início de 2017 começaram a registrar queda no acumulado em quatro trimestres.

"Em um primeiro momento, esse movimento se deveu apenas à restrição de crédito por parte das concedentes, mas com a gradual melhora na situação econômica, as empresas observaram aumento nas receitas, inflação menor e cenário de juros em queda, fatores que têm auxiliado para a amenização dos fluxos de inadimplência".

## Artigo: Abertura unilateral, mais desemprego

25/10/2018 – Fonte: CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, alerta que a situação econômica é delicada e com isso os prejuízos seriam enormes

A antiga proposta de abertura comercial unilateral da economia brasileira, isto é, de redução do Imposto de Importação por decisão do Poder Executivo, voltou a circular no contexto do debate sobre as medidas a serem tomadas pelo novo governo.

Se vier a ser, de fato, implementada, essa ideia eminentemente acadêmica terá consequências reais negativas, porque parte de um diagnóstico errado. Além disso, não está acompanhada de iniciativas que contribuam efetivamente para o aumento da competitividade do país. O raciocínio de quem defende a abertura unilateral embute um erro: pensar que a baixa produtividade do Brasil é resultado do custo das importações.

No governo Collor, quando o Imposto de Importação médio era cinco vezes maior do que o atual, foi feita uma abertura desse tipo, que resultou no fechamento de empresas, no aumento do desemprego e na desnacionalização de diversos setores da nossa economia. A produtividade, porém, teve ganhos apenas pontuais e ficou estagnada nas duas décadas seguintes, pois as medidas necessárias para aumentar a competitividade da economia não foram tomadas.

O Brasil tem o 8º maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo, mas não figura nem sequer entre os vinte maiores exportadores e importadores mundiais. Assim, torna-se clara a necessidade de nos integrarmos mais e melhor ao mercado internacional – e esse acesso vai requerer uma maior abertura do país. No entanto, a maneira correta de buscarmos essa inserção é por meio de acordos comerciais.

Ao negociar esses acordos, asseguramos a entrada em novos mercados, pois as tratativas se baseiam no princípio da reciprocidade – um lado faz concessões às importações em troca do mesmo procedimento das outras nações. Hoje, o país só tem acesso livre de barreiras a menos de 8% de todo o comércio internacional de bens, valor muito abaixo de outras economias, como Japão (17%), Estados Unidos (24%) e União Europeia (45%).

Se o governo fizer uma abertura unilateral, nossos parceiros comerciais não terão interesse em negociar conosco, sobretudo no setor no qual somos mais competitivos e em que enfrentamos barreiras em todos os principais mercados: o agronegócio. Os prejuízos a nossas exportações seriam enormes.

Por fim, realizar a abertura unilateral sem adotar as medidas que garantam condições mínimas de concorrência com os produtos estrangeiros seria condenar milhares de empresas ao fechamento e seus trabalhadores ao desemprego. Sem uma reforma tributária que alinhe nosso sistema à média dos países do G20 (grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo), sem investimento em infraestrutura e logística, e sem a desburocratização do comércio exterior, não há como obter sucesso com uma abertura desse tipo.

Estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com dados oficiais do governo brasileiro demonstra que o custo da burocracia na aduana equivale a um imposto de 14% na importação e de 13% na exportação. A mera execução dos programas já em vigor para reduzir esse encargo, como é o caso do Portal Único de Comércio Exterior, é suficiente para promover uma significativa abertura comercial da economia brasileira, trazendo benefícios também às empresas exportadoras.

Vale, ainda, ressaltar que acordos comerciais requerem a aprovação do Congresso Nacional, processo que confere legitimidade e segurança jurídica à decisão. Já a abertura unilateral pode ser feita por meras medidas administrativas do Poder Executivo, com a participação unicamente de burocratas reunidos a portas fechadas, num processo sem transparência e com decisões que podem ser alteradas a qualquer momento, resultando em insegurança jurídica para as empresas brasileiras.

O Brasil vive uma situação muito delicada do ponto de vista econômico para correr o risco de apostar em soluções aventureiras em detrimento da renda e do emprego de milhares de pessoas. Não se pode ignorar o bom trabalho que tem sido feito nas negociações comerciais e na desburocratização do comércio exterior. O governo e o setor privado precisam concentrar seus esforços no que é prioritário: as reformas necessárias para retomar o desenvolvimento econômico e social do país.

**Robson Braga de Andrade** - presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI),

### **Falta para o Brasil uma agenda voltada para a produtividade**

25/10/2018 – Fonte: CNI (publicado em 24-10-2018)

Em entrevista para a revista IstoÉ Dinheiro, o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, ressalta que a segurança fiscal e jurídica é absolutamente fundamental para se recuperar ou reforçar a confiança e fazer com que os investidores tirem os seus projetos da gaveta



José Augusto Fernandes é diretor de Políticas e Estratégia da CNI

O economista José Augusto Fernandes se tornou uma das principais vozes do setor industrial brasileiro nos últimos anos. Como diretor de políticas e estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ele tem contribuído com a elaboração de planos para os principais setores produtivos brasileiros, especialmente em ambientes turbulentos para a economia. Nos últimos meses, no entanto, Fernandes tem notado um clima favorável diante da perspectiva de reformas com a troca de governo.

“A agenda em direção a um Estado menor e mais eficiente, com maior qualidade regulatória, está animando o setor industrial”, afirmou Fernandes, em entrevista à Dinheiro.

**DINHEIRO – Nos últimos meses, a economia brasileira dançou conforme o ritmo da política, especialmente com as turbulências eleitorais. Depois do segundo turno, a situação deve melhorar?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Estamos em um momento de muita névoa em relação ao futuro da economia. Houve pouca clareza nos projetos dos dois candidatos nos últimos meses.

Mas acredito que vem se formando, de alguma forma, um consenso em relação ao que são questões fundamentais para o país. Mesmo em relação ao âmbito fiscal, ambos reconhecem que a previdência social é uma questão-chave. Então, acredito que haverá uma estabilidade na economia mesmo antes do segundo turno.

**DINHEIRO – Quais são os sinais do próximo governo que o mercado precisa para que os investidores tirem os projetos da gaveta?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – O principal sinal é, digamos, no capítulo da segurança fiscal. O tema segurança é muito importante nessa agenda para o próximo governo, não apenas a segurança pública, mas a segurança fiscal e jurídica, que é absolutamente fundamental para se recuperar ou reforçar a confiança e fazer com que os investidores tirem os seus projetos da gaveta.

**DINHEIRO – A perspectiva de uma postura mais liberal do governo dele é o que mais seduz o mercado?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Acredito que sim. Quando os investidores avaliam os cenários possíveis, e enxergam incertezas quanto aos programas econômicos, surgem dúvidas sobre a capacidade do governo de desenvolver uma agenda de reformas.

Quando enxergam um empenho em promover as mudanças, ficam mais confiantes. Mas todos sabem que não é um jogo fácil. O novo governo precisará demonstrar capacidade de gerar as alianças para aprovar as mudanças. Agora, no segundo turno, todas essas questões poderão ficar mais claras.

**DINHEIRO – Mas tanto Bolsonaro quanto Haddad tendem a enfrentar dificuldades em aprovar reformas, muitas delas impopulares...**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – O novo governo terá a aproveitar sua popularidade de início de mandato para criar uma capacidade de tração forte. Terá de usar o capital político e fazer a costura necessária em torno da agenda.

**DINHEIRO – Quais são as maiores expectativas do setor empresarial?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Na visão do setor privado há consenso sobre a necessidade de segurança fiscal, de uma radical transformação do ambiente de negócios, via desburocratização, mais segurança jurídica e melhor qualidade regulatória. É um desafio imenso. Vejo mais desafios no âmbito do Executivo do que do Congresso. Falta para o Brasil uma agenda voltada para a produtividade, para a inovação, para a captura das novas tendências da economia digital. As pontes para o século 21 precisam ser reconstruídas.

"Ainda existe muita capacidade ociosa na indústria e isso é um limitador para decisões de investimentos e de ampliação de capacidade de produção" - José Augusto Fernandes

**DINHEIRO – Quem precisa reconstruir essas pontes?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Dentro da agenda de ambiente de negócios e segurança jurídica, há muita coisa que o próprio Executivo pode resolver. Se o presidente tiver uma capacidade de diálogo com o Congresso e com o Judiciário, a reconstrução será feita de forma melhor e mais rápida. O Brasil, nos últimos anos, apesar de todos os problemas que enfrentou, preservou alguns de seus ativos mais importantes, principalmente as instituições. Isso abriu caminho para algumas reformas importantes.

**DINHEIRO – Quais reformas?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – A reforma da legislação de petróleo, por exemplo, está mostrando resultados. Há uma aposta na recuperação da indústria de petróleo e gás no Brasil. Nessa área, o pior já passou. Junto com o petróleo e gás veio também essa lei das estatais, que está gerando mais profissionalização dentro das próprias empresas públicas, com melhor governança. Tivemos mudanças importantes na área de eletricidade, no ensino médio e na lei trabalhista.

Com essas mudanças, o Brasil não virou uma Turquia ou uma Argentina. Os nossos problemas são domésticos. A capacidade de resolvê-los está aqui dentro. Eu não tenho um problema, nesse momento, de liquidez, como têm a Argentina e a Turquia. Nosso

problema é fiscal, de qualidade regulatória e de segurança jurídica, para atrair os investidores que estão ávidos para entrar no país.

**DINHEIRO – Neste ano, a indústria voltou a investir, mas ainda há uma grande capacidade ociosa. Isso preocupa?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Ainda existe muita capacidade ociosa na indústria e isso é um limitador para decisões de investimentos e de ampliação de capacidade de produção. Mas as empresas são obrigadas a se modernizar, a buscar eficiência por força da competição. Mesmo com capacidade ociosa, as empresas são obrigadas a fazer investimentos para melhorar processos e produtos. Esse tipo de investimento começa a ocorrer na economia.

É normal, também, que haja certa heterogeneidade entre os diversos setores. Existem alguns com excesso de capacidade de produção e outros que terminaram um ciclo de investimento há mais tempo e podem estar iniciando um novo. Então, os setores vão se posicionando. Os grandes investimentos ainda são feitos com certa cautela.

**DINHEIRO – Os traumas do País com fracasso do setor de petróleo e a corrupção nas estatais são garantias de que os erros não serão repetidos pelo próximo governo?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Acredito que ficou uma lição. Seja qual for o próximo governo, isso será um contrapeso. A tensão sempre existirá. Pode até ser que existam tentativas de escamotear ou deslizes nessas questões, mas é certo que o próximo governo terá mais dificuldade. Esse contrapeso é o que chamo de segurança jurídica de longo prazo. Nós temos mais contrapesos, mas sabemos que no Brasil nada é impossível.

**DINHEIRO – Uma mudança de rota radical não poderia mais atrapalhar do que ajudar?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Os eleitores brasileiros estão com uma expectativa muito grande em relação a uma mudança de rota das últimas políticas econômicas, pendendo mais para uma política liberal, mais privatizante, com uma redução do tamanho do Estado. O Brasil tem particularidades sociais e econômicas. A expectativa de liberalização cria, principalmente para a indústria, na visão da CNI, um cenário mais positivo do que negativo para o Brasil.



"Há uma aposta na recuperação da indústria de petróleo e gás no Brasil. Nessa área, o pior já passou" - José Augusto Fernandes

**DINHEIRO – O País deverá ser mais previsível aos olhos dos investidores?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Sim, embora ainda existam lacunas. Na área de agências regulatórias, por exemplo, o governo precisará rever sua posição. Há uma clara deteriorização na qualidade das agências. O grande desafio daqui para frente, para que possamos atrair investimentos de longo prazo, para 30, 40 ou 50 anos, é criar mecanismos mais profissionais de regulação do mercado.

É absolutamente fundamental. O cenário macroeconômico, apesar de tudo, está favorável aos investimentos. Estamos com uma taxa de inflação muito baixa, possivelmente a mais baixa de todo o período de transição. Da mesma forma, a taxa de juros. Não somos uma terra arrasada. Temos também uma série de ativos



institucionais que darão ao novo governo condições de promover uma recuperação mais expressiva da economia.

### **DINHEIRO – O que o setor produtivo espera é um Estado menor, então?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – A agenda em direção a um Estado menor e mais eficiente, com maior qualidade regulatória, está animando o setor industrial, sim. Trata-se de uma dupla agenda, a de desburocratização radical e de um aprimoramento das regras e das instituições que regulam o investimento privado.

O que anima os empresários é a perspectiva de uma mudança no desenho da economia. Sendo mais liberal, o setor privado poderá contribuir com a agenda do desenvolvimento das competências, da transformação estrutural e da própria questão da desigualdade.

O Brasil é um país desigual, com políticas que vêm sendo implementadas há vários governos e com relativos sucessos. De forma geral, há uma boa avaliação do custo-benefício dessas políticas. O grande desafio, agora, é unir as conquistas das políticas sociais com um modelo de desenvolvimento de políticas econômicas.

### **DINHEIRO – Os eleitores têm consciência das necessidades sociais e econômicas?**

**JOSÉ AUGUSTO FERNANDES** – Não têm, mas acredito que estão tendo cada vez mais. A sociedade brasileira precisa entender que o desequilíbrio fiscal, por exemplo, nasce das questões previdenciárias.

É o que limita o nosso potencial de crescimento porque atrai novas cargas tributárias, reduz o potencial de crescimento da economia e afeta a renda das empresas e das famílias. De forma geral, percebo que o eleitor já compreendeu que na medida que o governo gasta mais com previdência, investe menos em saúde, em segurança e educação.

## **Comissão do Congresso aprova Rota 2030 e inclui emendas que impactam orçamento**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

### ***Penduricalhos reabrem prazo para refinanciamento de dívidas e desoneram setores***

Em votação de relatório sobre o novo programa de estímulos ao setor automotivo deputados e senadores incluíram no texto uma série de jabutis —emendas que não têm relação com o projeto original. As mudanças incluídas nesta quarta-feira (24) geram impacto no orçamento e o governo promete derrubá-las.

A comissão mista do Congresso analisava a medida provisória enviada pelo governo que institui o programa Rota 2030. Ele substitui o Inovar Auto, que expirou em dezembro do ano passado após condenação da OMC (Organização Mundial do Comércio) por violar regras internacionais.

Por se tratar de medida provisória, o projeto já tem validade, mas exige aprovação do Congresso até 16 de novembro. O texto ainda precisa passar por votação nos plenários da Câmara e do Senado, onde pode sofrer alteração.

O trecho referente ao programa Rota 2030 foi mantido no formato original. Porém, o relator da matéria, deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), incluiu no texto novos artigos com “penduricalhos”. Todos foram aprovados pelos membros da comissão. Entre eles, está a reabertura de prazo de adesão ao Refis, programa que dá descontos para o refinanciamento de dívidas tributárias.

Pela proposta, poderão ser refinanciadas débitos vencidos até 30 de junho deste ano. O prazo para adesão ficará aberto até 15 de dezembro. O relator afirma que apenas dívidas superiores a R\$ 15 milhões farão jus ao programa, mas o texto aprovado na comissão fala em dívida "inferior, igual ou superior a R\$ 15 milhões".

Também foram feitas mudanças no Reintegra, regime que concede crédito tributário a exportadores. O relatório prevê que o benefício ficará entre 2% e 5% das receitas de exportação, e não mais entre 0% e 3%, como é hoje.

Em nota, a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) comemorou a decisão.

"O Rota 2030 significa um passo importante para o desenvolvimento da indústria automobilística e da engenharia no Brasil e é a nossa oportunidade de contribuir para a competitividade do setor e de termos mais previsibilidade para a tomada de decisões e de novos investimentos", afirmou Antonio Mengale, presidente da associação.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a aprovação na comissão é parte de um acordo de procedimentos, mas, segundo ele, o governo não concorda com os pontos incluídos no texto.

"O governo não tem compromisso com nenhuma das duas —nem Refis, nem Reintegra. O governo vai derrubar isso no plenário da Câmara. Se não derrubar, vai vetar", disse.

Com concordância do governo, o texto foi aprovado também com um novo artigo que inclui na desoneração da folha de pagamentos os setores moveleiro e de comércio varejista de calçados e artigos de viagem.

No setor automotivo, foi incluído um ponto que não estava previsto inicialmente: a prorrogação de benefícios concedidos a montadoras instaladas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O regime, que dá benefícios tributários a fábricas instaladas nessas regiões, venceria no fim de 2020. Com a proposta, o prazo será alongado até 2025.

## **O PROGRAMA**

Pela proposta, o Rota 2030 terá duração de 15 anos e vai englobar diferentes tipos de incentivo. Um deles é a redução de IPI sobre veículos híbridos e elétricos, que são menos poluentes.

Além disso, as empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento gerarão créditos fiscais.

As companhias que aderirem ao programa se comprometem com uma meta de elevação na eficiência energética.

### **Mudanças do relator do Rota 2030 vão além do setor automotivo**

25/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 24-10-2018)

Sem conseguir consenso para mudar pontos do Rota 2030 e aumentar os benefícios para as empresas do setor automotivo, o relator da Medida Provisória 843, que instituiu o programa, acabou incluindo ações que beneficiarão outras empresas além das montadoras.

Alfredo Kaefer (PP/PR) queria ampliar os créditos gerados por investimentos das fabricantes de veículos, mas a pressão da bancada governista, da equipe econômica e das próprias montadoras, temerosas de que a MP perca a validade antes de ser votada, acabou mantendo o texto do Rota 2030 como enviado pelo governo. Incluiu, no

entanto, outros artigos que aumentam benefícios tanto para as montadoras quanto para outros setores.

Em um deles, o relator reabre o prazo até dezembro para que empresas possam aderir ao último programa de refinanciamento de dívidas da Receita Federal, que já havia se encerrado no ano passado. Além disso, prevê que dívidas até junho deste ano possam ser parceladas e que empresas com dívidas superiores a R\$ 15 milhões possam aderir pagando apenas 7,5% do montante à vista. Valores dessa monta só poderiam ser pagos no último Refis com uma entrada de 24%.

Segundo Kaefer, isso foi feito porque empresas de autopeças não conseguiram entrar no último Refis. No texto do relatório, porém, não há limitação para adesão ao parcelamento para o setor.

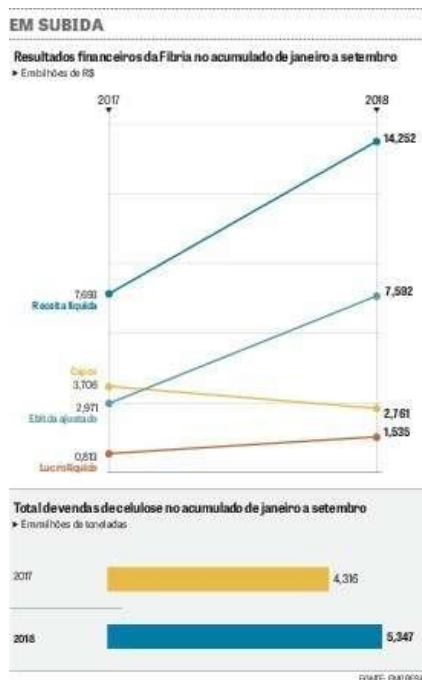
Outro ponto é o aumento da alíquota do Reintegra, programa que devolve em crédito tributário parte dos impostos pagos na cadeia pelos exportadores. O texto do relatório prevê que a alíquota será de 2% a 5% da receita com exportação, acima, portanto, do patamar atual, que vai de zero a 3%. Em maio, como parte das compensações das medidas adotadas para acabar com a greve dos caminhoneiros, o governo reduziu a alíquota vigente neste ano de 2% para 0,1%.

O aumento da alíquota beneficiaria todos os exportadores e não somente a cadeia automotiva. O governo, porém, já disse que trabalhará para derrubar os dois pontos no plenário ou vetá-los após a aprovação.

## Exportações do setor crescem 10,7% em 2018

25/10/2018 – Fonte: DCI

Demanda global positiva e aumento da capacidade de produção de papel mantêm oferta da matéria-prima apertada, favorecendo preços e volumes de vendas de fabricantes brasileiras



O cenário global segue positivo para o setor de celulose no País, que acumula avanço de 10,7% nas exportações em 2018. A perspectiva é que o aumento da demanda por papel mantenha a oferta apertada.

“A demanda mundial está sendo extremamente boa. Não vemos perspectiva de redução no 4º trimestre, pelo contrário, vai haver um aumento da capacidade de

produção de papel em 5,1 milhões de toneladas”, declarou o diretor comercial da Fibria, Henri Philippe Van Keer, em teleconferência a jornalistas.

Dados da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) mostram que de janeiro a setembro, foram exportados 11,1 milhões de toneladas. A produção também cresceu no período (10%), atingindo 15,8 milhões de toneladas fabricadas em 2018.

O principal destino das exportações é a China, que aumentou em 40,7% o consumo sobre o acumulado de 2017. Esse movimento vem sustentando uma trajetória de valorização da celulose, que beneficia o resultado das empresas do setor. De acordo com a Fibria, houve crescimento de 22% no preço médio líquido, em dólar, da celulose.

“Continuamos com uma perspectiva positiva de médio prazo, pensando em 2019. A China registrou um crescimento de PIB inferior aos últimos anos, mas ainda é muito significativo”, assinalou Van Keer.

### **Balanço da Fibria**

Na quarta-feira (24), a Fibria reportou um lucro líquido de US\$ 1,535 bilhão no acumulado dos nove primeiros meses do ano. De acordo com a empresa, o 3º trimestre foi o melhor de sua história. “A Fibria registrou os melhores resultados desde sua criação. A receita líquida foi recorde, 105% acima do 3º trimestre de 2017. Há um bom desempenho da demanda, sobretudo da Ásia e da Europa”, destacou ontem o presidente da Fibria, Marcelo Castelli, em teleconferência com a imprensa.

Na avaliação do analista da Upside Investor, Shin Lai, a empresa foi beneficiada pelos preços e volumes de venda e redução de custos da produção. “Houve ganhos não só nos volumes, mas nos preços de venda, que ajudaram nesse resultado positivo.”

A Fibria obteve lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado 160% maior em relação ao 3º trimestre de 2017. A empresa também destacou a valorização de 25% do dólar frente ao real no período.

O sócio-diretor da Mesa Corporate Governance, Luiz Marcatti, entende que a Fibria aproveita o bom momento do mercado. “O preço global está em alta e, a produção, positiva. Isso ocorre em um momento em que os investidores estão observando um processo de fusão com a Suzano.”

Para Marcatti, o momento favorece essa consolidação das duas empresas. “O desafio é ganhar força para sair do processo de fusão melhor do que antes, aproveitar a onda positiva do mercado para se fortalecer. Caso a demanda caia, a empresa se mantém com os ganhos de sinergia. Se continuar positiva, a chance de crescimento é ainda maior.”

Durante a conferência, Castelli não informou novas informações sobre a negociação. “A Suzano está à frente desse processo de consolidação. Seguimos operando como uma empresa independente, gerindo nossas operações, até a conclusão do negócio.”

Sobre as perspectivas para 2019, o executivo crê que o ano será mais positivo para o Brasil.

“O consenso é de que o País irá crescer de 2% a 2,5%. Quando há uma mudança de governo, qualquer que seja, ocorre um período de maior confiança, que precisa ser endereçada para reformas estruturais.”

Castelli não vê o resultado eleitoral influenciando o setor. “A celulose não sofre tanto, nosso foco maior são as exportações”, destaca.

## **Exportação desafia onda protecionista**

25/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo brasileiro estima que 2018 terminará com as exportações em patamar elevado e entre os resultados mais expressivos nos últimos 30 anos, desafiando a onda protecionista no mundo. Para a Secretaria de Comércio Exterior, um dos cenários mais prováveis é de que o resultado do ano esteja perto de US\$ 240 bilhões, uma expansão de cerca de 10% em comparação a 2017.

Até hoje, apenas três anos registraram taxas acima de US\$ 240 bilhões. Isso ocorreu em 2013, 2012 e 2011, quando o recorde foi atingido com vendas de US\$ 255 bilhões e no auge do boom dos preços agrícolas. No ano passado, as exportações tinham somado US\$ 217 bilhões e a previsão é de que a expansão fique em cerca de 10% para 2018. Até a terceira semana de outubro, o valor já chegou a US\$ 194 bilhões.

Abrão Miguel Árabe Neto, secretário de Comércio Exterior, destaca que os resultados vêm tanto da alta nos preços de commodities como no incremento dos volumes vendidos pelo Brasil. Segundo ele, as exportações de soja, minérios de ferro e petróleo bateram marcas inéditas.

Outro fator que pesou foi a decisão de empresas de dar maior atenção ao comércio exterior, diante das dificuldades ainda encontradas no mercado doméstico. Ajudou ainda a entrada em vigor de acordos comerciais com o Egito e no setor automotivo com a Colômbia.

Para o secretário, porém, alguns setores ainda tiveram ganhos específicos diante da guerra comercial travada entre americanos e chineses, ainda que ele avalie que tal cenário não é positivo para as exportações nacionais no longo prazo.

“A guerra comercial tem alterado fluxos, como é o caso da soja”, disse, destacando que a soja no mercado chinês acabou sendo favorecida

## **Arrecadação de imposto bate recorde dos últimos três anos**

25/10/2018 – Fonte: EM.com



Segundo o fisco, arrecadação subiu com alta do IR e da contribuição sobre o lucro (foto: Leandro Couri/EM/D.A Press 4/11/15)

O crescimento de apenas 0,26% na arrecadação federal em setembro, ante o mesmo mês do ano passado, teve como destaque, de acordo com a Receita Federal, o aumento de 21,34% no recolhimento do Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os impostos e contribuições federais somaram R\$ 110,664 bilhões em setembro, valor que representa aumento real, (já descontada a inflação), de 0,26% na comparação com setembro de 2017.

O valor arrecadado foi o melhor desempenho para meses de setembro desde 2015. "Isso reflete a melhora do resultado das empresas e a redução nos valores compensados contra a estimativa mensal", acrescentou o fisco.

Por outro lado, na comparação com setembro do ano passado, pesou a redução das alíquotas de PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Além disso, a arrecadação de setembro de 2017 havia sido inflada pelo pagamento da entrada obrigatória em dinheiro do Refis (programa da Receita Federal de refinanciamento de dívidas).

Já o crescimento de 6,21% na arrecadação federal de janeiro a setembro estaria ligado aos principais indicadores macroeconômicos, principalmente os relacionados com o consumo, a produção industrial e as importações.

A Receita destacou a alta de 20,85% no recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa no ano, bem como o crescimento das ações de cobrança, que chegaram a R\$ 75,8 bilhões no acumulado do ano, volume 6% superior ao do mesmo período do ano passado.

Entre janeiro e setembro deste ano, a arrecadação federal mostrou o melhor desempenho para o período desde 2014, na série histórica com variação real (já descontada a inflação). O montante ainda representa avanço real de 6,21% na comparação com igual período do ano passado.

## **Desonerações**

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em renúncia fiscal de R\$ 32,834 bilhões entre janeiro e setembro, valor nominal 2,2% maior que o observado em igual período do ano passado, quando ficou em R\$ 32,127 bilhões. Apenas em setembro, as desonerações totalizaram R\$ 7,154 bilhões, acima do observado em setembro do ano passado (R\$ 6,718 bilhões).

Quando considerada a desoneração da folha de pagamentos, o custo aos cofres federais foi de R\$ 952 milhões em setembro e R\$ 8,526 bilhões no acumulado do ano. O Congresso Nacional aprovou em agosto a reoneração da folha de 39 setores da economia, como contrapartida exigida pelo governo para dar o desconto tributário no diesel prometido aos caminhoneiros. Outros 17 setores manterão o benefício até 2020.

Entre as demais desonerações listadas pela Receita, o regime para micro e pequenas empresas – o Simples e o MEI – gerou desoneração de R\$ 1,191 bilhão no mês passado e R\$ 4,716 bilhões no acumulado do ano. A cesta básica foi beneficiada com desoneração de R\$ 958 milhões em setembro e R\$ 3,795 bilhões nos nove primeiros meses de 2018.

## **Dados macro mostram reação da atividade e explicam arrecadação, diz Receita**

25/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, avaliou nesta quarta-feira, 24, que o crescimento de 6,21% na arrecadação federal de janeiro a setembro reflete o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos.

Segundo ele, mesmo excluindo-se fatores não recorrentes como o Refis e o aumento de alíquotas sobre combustíveis -, as receitas administradas ainda cresceriam 3,63% em relação ao mesmo período de 2017. "A conjugação de diversos fatores produz um resultado da arrecadação superior à variação do PIB projetada para este ano", completou.

“Vamos aguardar o ajuste do setor financeiro para saber o resultado final da arrecadação do setor. A estimativa reflete projeções menores do que as do ano passado, mas o desempenho real do setor só será conhecido no final do ano”, alegou Malaquias.

### **Sustentabilidade**

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal avaliou que a arrecadação de R\$ 110,664 bilhões em setembro ficou dentro do esperado pelo Fisco. O resultado representa uma alta real de 0,26% em relação ao mesmo mês do ano passado.

“Todos indicadores macro sinalizam sustentabilidade da arrecadação nessa trajetória. Todos os setores da economia estão em um determinado ritmo de recuperação. O setor de serviços está começando a reagir de maneira mais positiva agora, o que também pode ser verificado pelos dados do mercado de trabalho”, afirmou ele.

Segundo Malaquias, as taxas maiores de crescimento das receitas no começo de 2018 decorreram do pagamento de parcelas do Refis. Ele destacou ainda o endurecimento das ações de fiscalização da Receita, que fizeram o valor dos depósitos judiciais aumentarem neste ano.

### **Dólar**

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal destacou que a arrecadação de tributos em setembro foi influenciada pelo bom desempenho da produção industrial, das vendas de bens e serviços, além do aumento da massa salarial. Segundo ele, o resultado se refletiu no recolhimento de PIS/Cofins.

Malaquias apontou ainda que volatilidade do dólar reduziu o comércio exterior e diminuiu o valor em dólar das importações. “Mas, mesmo com a variação abrupta do câmbio em setembro, ainda houve um aumento na arrecadação com o imposto sobre importações na comparação com o mesmo mês de 2017”, acrescentou.

Ele também destacou o aumento de 21,34% no recolhimento do Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). “Esse foi um dos principais fatores para o crescimento da arrecadação no mês. Só o IRPJ e a CSLL por estimativa de lucro subiu 34%, liderada pelo setor não-financeiro”, completou.

Por outro lado, na comparação com setembro do ano passado pesa a redução das alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel. “Isso dá R\$ 600 milhões a menos de arrecadação por mês”, disse Malaquias.

## **Indústria química pede que novo presidente reduza preço de energia e insumos**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Há leis que podem dar mais previsibilidade ao setor, mas é preciso aplicá-las, diz entidade***

Os altos custos de energia e insumos são os dois principais problemas que precisam ser tratados de forma prioritária pelo novo governo, segundo Fernando Figueiredo, da Abiquim (associação da indústria química).

“Há uma série de medidas factíveis, com arcabouço legal bem resolvido. Já existe uma lei que permite leilões de gás matéria-prima, falta colocar em prática”, afirma Figueiredo.



Redução e previsibilidade do custo de matérias-primas é uma das principais demandas do setor químico para o novo presidente da República - Divulgação

A entidade enviou 73 propostas para os presidentiáveis no primeiro turno —33 delas poderiam ser executadas a curto prazo, diz.

“Além disso, há pontos importantes de infraestrutura pendentes, como melhorias em ferrovias, que poderiam transportar produtos de forma mais ágil e segura.”

---

### **Principais propostas da indústria química para os presidentiáveis**

> Eliminação dos subsídios cruzados de energia, em que determinados grupos pagam menos e outros compensam

> Abertura de portos brasileiros para cabotagem com navios de outros países

**2,5%**

é o peso da indústria química no PIB brasileiro

**2 milhões**

são as pessoas empregadas no setor

### **Mesmo após reforma trabalhista, troca de depósito por seguro é barrada na Justiça**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Forma como a norma está escrita dá margem a interpretações, diz especialista***

Empresas têm tentado substituir depósitos que garantem pagamento em disputas trabalhistas anteriores à nova CLT pela contratação de seguro-garantia ou fiança bancária, segundo escritórios de advocacia.

A alternativa passou a ser permitida com a reforma das leis do trabalho e tem sido bem aceita nos novos processos, ainda que algumas empresas demonstrem receio, segundo Caroline Marchi, do Machado Meyer.

O problema tem sido na troca de montantes antigos.

“Apesar do texto dizer que ‘o depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia’, a Justiça do Trabalho não tem aceitado. É uma recusa injustificada.”

A forma como o texto está redigido dá margem para uma interpretação literal, de substituição de um aporte já feito, segundo Estevão Mallet, professor de Direito da USP.

“As coisas levam um certo tempo para maturar no Judiciário, mas há um movimento grande das empresas para fazer a substituição. Muitas vezes o depósito ficava esquecido, e o dinheiro, parado.”

O entendimento geral, porém, é que a medida não pode ser aplicada a algo anterior à lei, explica Mallet.



"Temos clientes que nos perguntam sobre a troca, mas são os casos onde surgem mais dificuldades", diz Otavio Pinto e Silva, do Siqueira Castro.

"No momento do depósito antigo não havia a possibilidade [de fiança ou seguro], é algo que não poderia retroagir."

## **Bancada evangélica defende reforma da Previdência e fusão de ministérios**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

### **Manifesto foi entregue ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro**

A bancada evangélica lançou nesta quarta-feira (24) documento defendendo as reformas tributária e da Previdência, a autonomia do Banco Central e fusão dos ministérios da Educação e da Cultura.

Intitulado "Manifesto à Nação", o texto foi entregue ao presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) na quinta-feira (18) e também cita temas como o Escola Sem Partido, bandeira antiga da Frente Parlamentar Evangélica.

"Há uma distorção de algumas pessoas imaginando que uma frente evangélica é apenas para cuidar dos valores espirituais ou da defesa da Igreja", afirmou o presidente da bancada, Takayama (PSC-PR). "Queremos aqui dizer que nós queremos oferecer ao novo governo uma linha de pensamento."



Culto evangélico com novo presidente da frente parlamentar evangélica, pastor Takayama - Renato Costa/Folhapress

Sobre a reforma da Previdência, o manifesto de 60 páginas afirma que é preciso uma "comissão de notáveis" para propor a "melhor forma atuarial possível", a igualdade de regras entre aposentadoria do setor público e privado. O texto não cita um dos pontos mais polêmicos da discussão, a da idade mínima.

O texto defende ainda a redução de 29 para 15 as pastas ministeriais, com redução de 600 cargos comissionados. Entre as pastas que seriam fundidas estão a da Educação e Cultura, que viriam a formar um super ministério de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia.

O Ministério do Trabalho também seria extinto, sendo substituído por duas secretarias: a de Políticas Públicas para Emprego sob o guarda-chuva do "Ministério da Produção Nacional", que incluiria ainda o Ministério de Indústria e Comércio e o CODEFAT, e a de Inspeção do Trabalho, na alçada da Justiça.

Também querem a incorporação da pasta dos Direitos Humanos pela Justiça.

Na parte tributária, o texto propõe um imposto único que una a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o PIS/Cofins e o ISS (Imposto Sobre Serviços).

Além disso, prevê a fusão das Cides (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico) e a substituição do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) por um "Conselho Fiscal composto por juízes especializados sem vinculação ao fisco ou ao contribuinte".

Na seção sobre educação, a bancada defende a aprovação do projeto Escola Sem Partido, atualmente em fase de comissão na Câmara dos Deputados. "A ideologia de gênero é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos governos no PT, e demais frações de esquerda autoritária", diz o texto.

## **Projeto estende regra de reajuste do salário mínimo até 2023**

25/10/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 24-10-2018)

- **Proposições legislativas**
- [PLS 416/2018](#)

Um projeto de lei do Senado estende até 2023 as regras usadas atualmente para o cálculo do salário mínimo.

De acordo com a proposta ([PLS 416/2018](#)), a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) verificada dois anos antes. O texto, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), aguarda a apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) até a próxima quarta-feira (31).

O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor ([Lei 13.152/2015](#)) só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. A partir desta data, o Poder Executivo fica livre para definir se haverá e de quanto será o reajuste.

O projeto traz duas novidades em relação à política em vigor. O texto assegura um aumento de real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa. Além disso, estende as regras de reajuste a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). É o caso de aposentadorias, auxílios (doença, acidente e reclusão), salário-maternidade, salário-família e pensões por morte.

"Ao longo dos anos, a discrepância entre as correções concedidas aos benefícios equivalentes ao salário mínimo e as concedidas aos benefícios cujos valores superam esse patamar conduziu a um achatamento inaceitável das rendas dos aposentados e pensionistas. Isso tem que acabar. Todos merecem a mesma valorização de suas rendas", argumenta Lindbergh na justificativa do projeto.

### **Inflação**

O PLS 416/2018 adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o cálculo da inflação. Caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixe de divulgar o indicador em um ou mais meses, cabe ao Poder Executivo estimar o percentual dos períodos não disponíveis. Também cabe ao Palácio do Planalto informar a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo.

Lindbergh Farias afirma que a política de valorização do salário mínimo "exerceu um papel central nas quedas da pobreza e da desigualdade de renda" desde 2006. "Justamente nos momentos de crise, é necessário aumentar o salário dos trabalhadores para que haja um aumento da demanda agregada via consumo e a economia volte a crescer", afirma o autor.

## **Projeto cria incentivos para contratação de trabalhadores com mais de 45 anos**

25/10/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 24-10-2018)

Está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto que cria cotas para pessoas com mais de 45 anos nas empresas privadas. Conforme o [PLS 410/2018](#), a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 5% a 15% das vagas e cargos com trabalhadores nessa faixa etária.

Conforme o texto, empresas com até 200 funcionários deverão reservar 5% de vagas para esses trabalhadores. Empresas que tenham de 201 a 500 trabalhadores deverão destinar a esse público 10% das vagas. A partir de 501 empregados, a reserva é de 15%.

Como contrapartida, o PLS 410/2018 permite a redução nos montantes das contribuições sociais devidas pelos empregadores para a Previdência Social. Também prevê a dedução, do cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, de 50% dos valores pagos aos trabalhadores com mais 45 de anos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas previsões para 2018, cerca de 30% da população economicamente ativa encontra-se na idade entre 45 e 65 anos. O autor do projeto, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), afirma que a intenção é estimular a contratação de idosos e a manutenção do emprego de trabalhadores mais experientes.

— Há levantamentos que indicam que a maioria das empresas consultadas (62,2%) reluta em admitir trabalhadores que se encontram nessa faixa etária. Com esses estímulos, esperamos que as empresas se sintam motivadas a contratar um maior contingente de trabalhadores com idade mediana ou avançada, assegurando-lhes direitos sociais e proteção — argumenta o senador.

O projeto está em fase de recebimento de emendas na comissão.

## **TST dá indenização a funcionário por cobranças de chefe no WhatsApp**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Para ministros do Tribunal Superior, cobrança de metas pelo chefe fora de hora traz ansiedade***

A Terceira Turma do [TST](#) (Tribunal Superior do Trabalho) condenou uma empresa de telefonia a pagar indenização a um vendedor, porque seu chefe enviava mensagens de WhatsApp cobrando metas e resultados fora do expediente.

A decisão, unânime, fixou indenização de R\$ 3.500.

Para o Tribunal Superior, a conduta extrapolou os limites, além de gerar apreensão, insegurança e angústia no funcionário.

No processo, o vendedor disse que sofria assédio moral, com pressões excessivas por resultados e ameaças de demissão caso não atingisse as metas. A pressão, afirmou, afetou sua vida privada e sua integridade psicológica.

As testemunhas relataram que havia cobranças durante e depois do horário de expediente, via WhatsApp.

Além disso, foi dito que o desempenho de cada vendedor era afixado no mural da empresa e exposto pelas mensagens do aplicativo. O gerente, afirmaram, também cobrava respostas às mensagens enviadas fora de hora.

Inicialmente, o pedido havia sido negado. Para a primeira instância, não havia pressão excessiva. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região disse que havia opção de não ler ou não responder.

Já no TST, o relator, ministro Alexandre Agra Belmonte, entendeu que é preciso estabelecer limites e que a conduta invade a privacidade.

“Se não era para responder, por que enviar a mensagem por WhatsApp? Mandou a mensagem para qual finalidade? Se não era para responder, deixasse para o dia seguinte. Para que mandar mensagem fora do horário de trabalho?”, questionou.

### **13º salário deve injetar R\$ 211,2 bilhões na economia**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 211,2 bilhões na economia do país até dezembro deste ano, estima o Dieese - (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O valor, que representa cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro é pago a trabalhadores do mercado formal, incluindo empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social. O valor médio pago é de R\$ 2.320.

Por lei, o 13º precisa ser pago até dia 20 de dezembro. Porém, há diversas categorias que recebem adiantamento da primeira parcela em novembro. No caso dos aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o adiantamento foi pago entre agosto e setembro desse ano. A segunda parcela desse grupo cairá a partir de 24 de novembro.

O cálculo do Dieese considera dados da Rais (Relação Anual de Informação Social) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), ambos do Ministério do Trabalho. Também foram usadas informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Previdência Social e da STN (Secretaria Nacional do Tesouro).

Dos cerca de 84,5 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, quase 48,7 milhões, ou 57,6% do total, são trabalhadores no mercado formal. Entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada somam 1,8 milhão, equivalendo a 2,2% do conjunto de beneficiários.

Os aposentados ou pensionistas da Previdência Social representam 34,8 milhões, ou 41,2% do total. Além desses, aproximadamente 1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) são aposentados e beneficiários de pensão da União.

Do valor a ser pago como abono, aproximadamente R\$ 139,4 bilhões, irão para os empregados formalizados, incluindo os trabalhadores domésticos. Outros 34%, perto de R\$ 71,8 bilhões, serão pagos aos aposentados e pensionistas.

Para os assalariados formalizados dos setores público e privado, a maior parcela do montante a ser distribuído caberá aos ocupados no setor de serviços (incluindo administração pública), que ficarão com 64,1% do total destinado ao mercado formal; os empregados da indústria receberão 17,4%; os comerciantes terão 13,3%; aos que

trabalham na construção civil será pago o correspondente a 3,1%; enquanto 2,1% serão concedidos aos trabalhadores da agropecuária.

### **Esperança para o comércio**

O 13º salário tem impacto importante para o comércio e serviços e pode ajudar na recuperação do setor. Apesar do resultado registrado em agosto pelo IBGE, quando as vendas do varejo subiram 1,3% e interromperam uma sequência de quedas, não há previsão do comércio deslançar.

O índice de desemprego e a incerteza do cenário político do país são apontados como motivos para o ritmo lento nas vendas.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio) prevê que as vendas de Natal tenham uma alta de 2,3% em relação a 2017. A taxa de crescimento é menor do que a registrada no ano passado, de 3,9%.

**Pânico se espalha por mercados e leva dólar a R\$ 3,7480; Bolsa cai mais de 2,5%**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

### ***Suspeita de pacotes com explosivos nos EUA adicionou pessimismo entre investidores***

O pessimismo que já vinha dando a direção para os mercados nos últimos pregões ganhou combustível nesta quarta-feira (24) com as suspeitas de atentados a bomba contra democratas nos Estados Unidos. O resultado foi uma queda generalizada nas Bolsas mundiais e alta do dólar.

A fagulha do noticiário político fez com que os principais índices americanos, Dow Jones e S&P 500, zerassem os ganhos do ano. Já o índice de tecnologia Nasdaq recuou mais de 4% neste pregão, a maior queda desde 2011.

No mercado doméstico, o dólar subiu 1,37%, a R\$ 3,7480, enquanto a Bolsa brasileira recuou 2,62%, a 83.063 pontos.

Uma das medidas do mercado financeiro para a aversão a risco é o índice VIX, negociado na Bolsa de Chicago. Esse índice saltou mais de 20% no pregão desta quarta, reflexo do temor de investidores com o cenário econômico atual.

"Vai se chegando em um quadro em que se começa a duvidar do crescimento da economia global", diz Alvaro Bandeira, economista-chefe da Modalmais.

O noticiário desta quarta foi guiado pela notícia de que autoridades americanas interceptaram supostos explosivos enviados para o ex-presidente Barack Obama, para a ex-secretária de Estado americana Hillary Clinton, para o prédio da Time Warner, dona da emissora CNN, e para congressistas americanos.

Na segunda (22), um pacote semelhante foi interceptado na casa do bilionário George Soros, 88, grande doador do Partido Democrata, em Bedford, na região de Nova York. Os americanos estão a duas semanas das eleições legislativas de meio de mandato.

Isso azedou o humor dos investidores, que já estavam contagiados pelo temor de impacto da guerra comercial entre Estados Unidos e China sobre o desempenho de empresas americanas, o debate sobre o ritmo de aumento de juros dos EUA e a desaceleração chinesa.

As perdas se acentuaram após o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) afirmar que as fábricas elevaram os preços em razão das tarifas impostas a produtos importados da China, mas que a inflação parecia modesta ou moderada na maior parte do país. Dados fracos sobre moradias nos EUA também pesaram.

Na Europa, segue ainda a queda de braço entre a Itália e a Comissão Europeia sobre o orçamento deficitário do país para 2019 e ainda a dificuldade de negociação de uma saída ordenada do Reino Unido do Brexit.

### **Taxas futuras de juros recuam com dólar em meio a ajustes dos mercados em NY**

25/10/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os juros futuros operam em baixa na manhã desta quinta-feira, 25, alinhados com a desvalorização do dólar ante o real em meio aos ajustes nos preços da divisa americana no exterior. Na quarta-feira, 24, as taxas longas subiram e as mais curtas fecharam perto da estabilidade.

Os investidores ficarão à espera da pesquisa Datafolha, à noite, após a surpresa com o levantamento Ibope, que mostrou redução na vantagem de Jair Bolsonaro (PSL) em relação a Fernando Haddad (PT) e maior rejeição do candidato do PSL.

A agenda do dia traz ainda os números do setor externo de setembro (10h30) e o Tesouro faz leilão de LTN e de NTN-F (11h), o que pode trazer alguma pressão de alta. O dólar no exterior opera misto ante seus pares principais e moedas emergentes e ligadas a commodities.

Às 9h38 desta quinta-feira, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2021 indicava 8,35%, de 8,36% no ajuste de quarta-feira. O DI para janeiro de 2023 estava a 9,55%, de 9,57% no ajuste da véspera.

O DI para janeiro de 2025 caía a 10,14%, de 10,15% no ajuste de quarta. No câmbio, o dólar à vista caía 0,52%, a R\$ 3,7191. O dólar futuro de novembro recuava 0,37%, a R\$ 3,720.

Mais cedo, a Fipe informou que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,52% na terceira quadrissemana de outubro, repetindo a variação observada na segunda quadrissemana deste mês.

### **Confiança do comércio no Brasil sobe em outubro para maior nível em 5 meses, diz FGV**

25/10/2018 – Fonte: Reuters

A confiança do comércio no Brasil subiu em outubro e atingiu o maior nível em cinco meses, voltando para níveis anteriores à greve dos caminhoneiros e estimulando o otimismo com uma retomada das vendas, apontaram os dados divulgados nesta quinta-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Mulher passa por vitrine de loja de roupas no centro do Rio de Janeiro 04/09/2018  
REUTERS/Pilar Olivares

Ao subir 3,8 pontos, o Índice de Confiança do Comércio (Icom) foi a 92,5 pontos em outubro, o maior valor desde os 92,6 pontos vistos em maio de 2018.

“Com a alta da confiança do comércio em outubro, o indicador retorna ao nível anterior ao da greve dos caminhoneiros sugerindo que o pior momento do setor começa a ficar para trás”, destacou o coordenador da FGV/IBRE, Rodolpho Tobler, em nota.

Entretanto, ele destacou que, apesar do bom resultado no mês, a continuidade e intensidade de recuperação do comércio dependem tanto de resultados melhores do mercado de trabalho quanto da redução dos níveis de incerteza.

Segundo a FGV, no mês houve aumento da confiança em 11 dos 13 segmentos pesquisados.

O Índice da Situação Atual (ISA-COM) teve alta de 2,5 pontos, para 88,2 pontos, em seu primeiro avanço após cinco meses consecutivos de quedas. Já o Índice de Expectativas (IE-COM) registrou aumento de 4,9 pontos, para 97,1 pontos, o maior nível desde abril de 2018.

No final de maio a greve dos caminhoneiros prejudicou o abastecimento de combustível e alimentos e afetou a atividade econômica, bem como a confiança de agentes econômicos, empresários e consumidores.

O resultado da confiança do comércio acompanha da confiança do consumidor divulgada na véspera pela FGV, que voltou a subir em outubro após dois meses de quedas diante das expectativas de mudanças no cenário econômico do país com o fim do período eleitoral.

### **BCE mantém plano de fim de estímulo apesar de perspectivas mais sombrias**

25/10/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 24-10-2018)

O Banco Central Europeu deixou a política monetária inalterada como esperado nesta quinta-feira, permanecendo no caminho para encerrar o estímulo sem precedentes mesmo com as perspectivas de crescimento piorando e a turbulência política na Itália pairando sobre o bloco da moeda única.

Tendo esgotado muito de seu poder de fogo com vários anos de suporte, o BCE reafirmou que seu programa de compras de 2,6 trilhões de euros em ativos vai chegar ao fim este ano e as taxas juros podem subir após o próximo verão (no hemisfério norte), mantendo a orientação dada pela primeira vez em junho, que foi repetida em todas as reuniões desde então.

A expectativa é que o presidente do BCE, Mario Draghi, reconheça que as perspectivas de crescimento pioraram à medida que tanto fatores internos quanto externos pesam sobre a confiança, o que dará às perspectivas políticas do banco um tom "dovish".

Uma mensagem tão sutil provavelmente manterá as expectativas de aumentos de juros futuros relativamente benignos, com as autoridades discutindo no passado sobre pequenas e infrequentes medidas a partir do final do ano que vem, conforme o crescimento desacelera para uma taxa considerada potencialmente natural, depois de um movimento excepcional no ano passado.

"O Conselho do BCE espera que as taxas de juros do BCE permaneçam nos níveis atuais pelo menos até o verão de 2019", disse o BCE em comunicado.

Os investidores procurarão verificar se Draghi mantém a avaliação do BCE de que os riscos para o crescimento estão amplamente equilibrados ou se ele reconhece a piora das perspectivas, destacando os riscos negativos.

Draghi também deve argumentar que a inflação, foco principal do banco, está seguindo amplamente a trajetória vista mais cedo, com os preços sendo possivelmente mais fortes devido ao petróleo mais alto e com o núcleo da inflação do lado fraco das expectativas.

Com a decisão desta quinta-feira, o BCE manteve a taxa de depósito, atualmente sua principal ferramenta de juros, em -0,40 por cento.

A principal taxa de refinanciamento, que determina o custo do crédito na economia, permaneceu em 0 por cento, enquanto a taxa de empréstimo ficou em 0,25 por cento.

## **Musk cumpre promessa e Tesla tem primeiro lucro em dois anos**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

### **Montadora não registrava lucro desde o terceiro trimestre de 2016; ações subiram**

A Tesla reportou lucro líquido, fluxo positivo de caixa e margens maiores do que o esperado para o terceiro trimestre nesta quarta-feira (24), entregando as promessas de Elon Musk, presidente-executivo, de tornar a fabricante de automóveis lucrativa à medida que os maiores volumes de produção do seu novo modelo Model 3 começar a dar resultados.

A Tesla não registrava lucro desde o terceiro trimestre de 2016.



Elon Musk, presidente-executivo da Tesla; ele havia prometido lucro no balanço trimestral da montadora - Toru Hanai/Reuters

A Tesla reiterou que espera repetir o seu lucro líquido positivo no atual trimestre, levando as ações da companhia a uma alta de 14% horas depois da divulgação dos resultados.

Musk, que muitas vezes estabeleceu objetivos e prazos que a Tesla não conseguiu cumprir, surpreendeu investidores ao cumprir a promessa de tornar a empresa lucrativa apenas pela terceira vez em seus 15 anos de existência, fechando um difícil trimestre para o executivo, cuja liderança foi abertamente questionada há algumas semanas.

A alta das vendas das versões mais caras do Model 3 ajudou as margens, que subiram mais de 20% no trimestre, disse a montadora, acima da sua projeção de margens de 15%.

Menores horas de trabalho por veículo ajudaram, assim como menores custos de material.

A receita total mais que dobrou, chegando a US\$ 6,82 bilhões (R\$ 25,87 bilhões), superando a média das estimativas de analistas de US\$ 6,33 bilhões (R\$ 23,46 bilhões) segundo dados da Refinitiv.

A Tesla teve lucro de US\$ 311,5 milhões (R\$ 1,15 bilhão), ou US\$ 1,75 (R\$ 6,48) por ação, no trimestre terminado em 30 de setembro, ante prejuízo de US\$ 619,4 milhões (R\$ 2,29 bilhões), ou US\$ 3,70 (R\$ 13,71) por ação, um ano antes.



## **Ford tem resultado acima do esperado no 3º trimestre e ações disparam**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

### **Companhia teve lucro líquido de US\$ 993 milhões no trimestre, ou US\$ 0,25 por ação**

A Ford divulgou nesta quarta-feira (24) resultado levemente acima do esperado para o terceiro trimestre e manteve metas de desempenho para o ano, o que elevou expectativas de investidores sobre um quarto trimestre forte e impulsionou as ações da montadora para uma alta de 7%.

A companhia teve lucro líquido de US\$ 993 milhões no trimestre, ou US\$ 0,25 por ação, queda de 36% sobre um ano antes. Mas excluindo eventos não recorrentes, o lucro correspondeu a US\$ 0,29 dólar por ação, US\$ 0,01 acima da média de previsões de analistas, segundo a Refinitiv.



Logo da Ford em display da feira Auto Show, na Pensilvânia - Associated Press

A receita da empresa no trimestre subiu para US\$ 37,7 bilhões ante US\$ 36,5 bilhões de um ano antes. A média de previsões de analistas apontava para receita de US\$ 33,3 bilhões.

O lucro caiu devido a custos maiores com commodities e queda de vendas na China, parcialmente compensadas por forte demanda por picapes e utilitários esportivos na América do Norte.

A segunda maior montadora de veículos dos Estados Unidos manteve meta de desempenho para o ano, mas o vice-presidente financeiro, Bob Shanks, afirmou que a empresa não vai conseguir cumprir até 2020 a meta de alcançar margem de lucro antes de impostos de 8%, como anunciado anteriormente.

A Ford espera lucro por ação para o ano de entre US\$ 1,30 a US\$ 1,50, o que indica que o resultado positivo do quarto trimestre deverá ser de entre US\$ 0,31 a US\$ 0,51 por ação. Analistas esperam resultado positivo de US\$ 0,31.

## **Consórcios registram 1,4 milhão de novas cotas até agosto**

25/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-10-2018)



A venda de **novas cotas** de **consórcio** entre janeiro e agosto somou 1,4 milhão de unidades, registrando alta de 8,3% sobre o mesmo período do ano passado. O

crescimento do setor continua sendo alavancado pelo segmento de duas rodas. Nos oito primeiros meses do ano foram vendidas 641,7 mil novas cotas para motocicletas, volume 14,2% superior ao registrado em iguais meses de 2017.

Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio (Abac). O maior volume de vendas, no entanto, permanece entre os automóveis e comerciais leves, segmento em que as novas cotas somaram no período até agosto 740,5 mil unidades. Já o crescimento foi de apenas 3%. Essa redução de procura pela modalidade costuma ocorrer quando a oferta de crédito por CDC aumenta e o consumidor acaba atraído pela disponibilidade imediata do veículo.

O segmento de leves acumula 3,6 milhões de participantes ativos (aqueles que continuam pagando as parcelas, tendo ou não sido contemplados). Esse volume cresceu 4% na comparação interanual. As contemplações, traduzidas em cartas de crédito emitidas, somaram 374,8 mil unidades e alta de 5,4% entre os leves.

Para as motos o consórcio continua em alta por causa de ações das montadoras, em especial da Honda, que detém 80% do mercado de duas rodas e vem adotando campanhas publicitárias para essa modalidade de venda há cerca de um ano.

Embora em menor volume, os veículos pesados (ônibus, caminhões, máquinas agrícolas e implementos) tiveram alta expressiva de 22,8% com a venda de 43,1 mil novas cotas. As contemplações no período (cartas de crédito emitidas) somaram 22,2 mil veículos pesados, 12,7% a mais que em iguais meses de 2017.

Os pesados anotaram alta em quase todas as outras vertentes analisadas pela Abac, como participantes ativos (+7,6%), volume de créditos comercializados (+24,4%), contemplações (+12,7%) e volume de créditos disponibilizados (+12,5). A exceção ficou para o valor médio das cotas, que permaneceu em R\$ 153,2 mil.

Vale dizer que na linguagem dos consórcios o volume de créditos comercializados é o resultado da multiplicação das novas cotas por seus valores. E o de créditos disponibilizados resulta da multiplicação das cartas de crédito emitidas por seus valores.

## **Volvo Cars compra participação na startup FreeWire**

25/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-10-2018)

Empresa desenvolve sistemas de recarga para carros elétricos

A Volvo Cars anunciou investimento na FreeWire, startup baseada em São Francisco, nos Estados Unidos, que desenvolve sistemas de recarga rápida para carros elétricos.

Segundo a montadora, seu plano estratégico não prevê a oferta de infraestrutura de recarga própria. Ainda assim, ao fazer um aporte em empresa que atua neste segmento, a organização estimula o desenvolvimento do ecossistema e o amadurecimento deste mercado.

O investimento foi feito pelo Volvo Cars Tech Fund, fundo de capital de risco que a montadora criou em fevereiro deste ano e já comprou participação em outra startup, a Luminar, que faz sensores Lidar.

A aposta na FreeWire, acompanha a estratégia da empresa para carros elétricos. O plano da companhia é oferecer uma opção com propulsão alternativa a cada modelo que lançar já a partir de 2019.

Segundo a Volvo Cars, a tecnologia da FreeWire permite instalar sistema de recarga

sem grandes alterações na infraestrutura do local, dispensando a necessidade de um sistema de alta voltagem. Tudo é feito em tomadas comuns, aponta a empresa.

## **Grupo PSA reporta faturamento 29% maior no ano**

25/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-10-2018)



### **Até setembro, receitas somaram € 54 bilhões, com destaque para crescimento em todas as marcas**

O **faturamento do Grupo PSA** cresceu 29% no acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano passado ao alcançar € 54 bilhões, informa em comunicado divulgado na quarta-feira, 24. As vendas globais do grupo que reúne cinco marcas – Peugeot, Citroën, DS, Opel e Vauxhall – aumentaram 19% na mesma base de comparação, para mais de 2,8 milhões de unidades.

Além do aumento das vendas de veículos, o resultado foi impulsionado pelo melhor mix de produtos em diferentes países e política de preço (aumento do valor agregado).

Com isso, a divisão automotiva aumentou seus ganhos em 44%, considerando as cinco marcas: o faturamento passou de € 31 bilhões para € 44,4 bilhões, sempre considerando a variação do período entre janeiro e setembro de 2018 contra 2017. A Faurecia, divisão de autopeças, contribuiu com € 13 bilhões, 5,7% a mais do que em igual período do ano passado.

Por marcas, Peugeot, Citroën e DS faturaram juntas € 30,6 bilhões nos nove meses completos deste ano, um aumento de 8,1% sobre os € 28,3 bilhões de igual período do ano passado.

Já Opel e Vauxhall, oficialmente integradas ao grupo desde agosto de 2017, reportaram faturamento de € 13,8 bilhões, quase quatro vezes mais (+396%) do que o valor apresentado há um ano, de € 2,7 bilhões, quando a empresa ainda passava pelo período de transição para incorporação no Grupo PSA.

## **Lucro da Vale recua 19%, para R\$ 5,8 bilhões no terceiro trimestre**

25/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-10-2018)

A mineradora Vale registrou lucro líquido de R\$ 5,753 bilhões no terceiro trimestre, queda de 19,4% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando fatores externos, como a variação cambial, porém, o lucro líquido recorrente da companhia subiu 21% no período, para R\$ 8,309 bilhões.

O desempenho é resultado de vendas recordes de minério, com maiores prêmios sobre as cotações internacionais devido à alta qualidade da produção da companhia.

No balanço divulgado nesta quarta, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, diz que a mineradora vem se beneficiando de uma mudança estrutural nos mercados de minério.



Pilha de minério de ferro, na mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, Minas Gerais - Agência Vale

"Somos a empresa de mineração mais bem posicionada para nos beneficiarmos do 'flight to quality' [a busca por qualidade], dada a crescente participação de produtos premium", afirmou.

No ano, a Vale acumula lucro líquido de R\$ 11,171 bilhões e lucro líquido recorrente de R\$ 21,655 bilhões.

A companhia passou a divulgar os dois indicadores para expurgar de seu resultado efeitos contábeis, principalmente da variação cambial —que no trimestre teve impacto negativo de R\$ 2,968 bilhões no lucro líquido.

No terceiro trimestre, a Vale bateu recorde de produção de minério de ferro, chegando a 104,9 milhões de toneladas, e alcançou um teor médio de ferro de 64%, contra 63,8% no trimestre anterior.

A maior qualidade tem rendido preços melhores: os prêmios pagos pelo minério da companhia chegaram a US\$ 11 por tonelada, contra US\$ 4,2 por tonelada no mesmo período do ano anterior. Foi o maior prêmio já registrado pela companhia.



Fabio Schvartsman, presidente da Vale - Zanone Fraissat/Folhapress

A Vale fechou o trimestre com receita líquida de R\$ 37,862 bilhões, 32,4% acima do mesmo período do ano anterior. O Ebitda (indicador de geração de caixa) subiu 31,1%, para R\$ 17,368 bilhões.

A empresa informou que o resultado do terceiro trimestre garante aos acionistas remuneração mínima de R\$ 1,142 bilhões. No primeiro semestre, a Vale já havia anunciado distribuição de R\$ 7,694 bilhões.

O retorno aos acionistas é uma das principais bandeiras da gestão de Schvartsman, que assumiu a companhia após um período de fortes investimentos e poucos dividendos, devido à queda das cotações internacionais.

Outra métrica perseguida pela gestão é a redução do endividamento líquido. No terceiro trimestre, a dívida líquida da companhia chegou a US\$ 10,704 bilhões, próxima a meta de US\$ 10 bilhões estabelecida para o fim do ano.

Os investimentos permanecem em baixa: foram US\$ 692 milhões no trimestre, dos quais apenas US\$ 123 milhões na execução de projetos —o restante foi gasto em manutenção.

## **SOLOBO**

A Vale também informou nesta quarta-feira que aprovou investimentos de US\$ 1,1 bilhão para a expansão da mina de cobre Salobo, de acordo com relatório de resultados do terceiro trimestre.

A mina Salobo, no Estado do Pará, começou suas operações em 2012 e produz cerca de 200 mil toneladas anualmente.

Maior produtora global de minério de ferro e níquel, a Vale já havia dito ter intenção de elevar a participação dos metais básicos em seus resultados, especialmente o níquel e cobre.

A companhia disse ainda que receberá da Wheaton Precious Metals um bônus variando de aproximadamente US\$ 600 a US\$ 700 milhões, depois de atingir determinadas metas de produção —anteriormente, a empresa assinou acordo para vender fluxos de ouro contido no concentrado de cobre produzido em Salobo.